

## Legislação

## 2013: o ano da resposta

Luiz Augusto Germani\*

MUITOS produtores rurais andam, para usar as palavras deles mesmos, desacorçoados. O crédito rural está escasso, o preço dos produtos não se reverte em renda, as dívidas não são liquidadas (uma vez que são administradas por paliativos), além das inimagináveis exigências ambientais e fundiárias que ameaçam o setor e afligem o produtor.

Os últimos anos estão sendo difíceis, e muita gente boa tem ficado pelo caminho. Em alguns casos, quanto mais se produz, maior o prejuízo. Os sobreviventes questionam até quando perdurará a má fase. Todos têm esperanças de que ela passe logo.

Mas, não há que se ter “esperança”, há que se ter “informação”. Estas são as apropriadas chaves da resposta à questão sobre o quão longe irão as correntes dificuldades.

As políticas macroeconômicas globais constituíram-se no motivo da formação de um grupo de economistas e advogados especializados em direito internacional, que, anualmente, reúne-se na School of International Affairs da Columbia University, em Nova York. Tendo como referencial a legislação da Organização Mundial do Comércio, eles procuram determinar qual será o caminho a ser trilhado pelas nações do ponto de vista econômico, financeiro e jurídico para o desenvolvimento global com efetiva diminuição das graves diferenças regionais, melhorando a distribuição de riquezas entre os países.

As principais conclusões, até agora, fixadas para a Europa Ocidental e a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) são:

1. Incapacidade para suportar os altos custos das previdências sociais, que tendem a crescer pelo envelhecimento e longevidade crescentes das populações;
2. Os governos dificilmente tentarão cortar benefícios previdenciários, em face do custo político;
3. Os benefícios da previdência alcançam cerca de 2% da população que vive e trabalha no campo;
4. O dobro do custo de um homem no campo em relação ao urbano. É mais barato levar a estrutura da assistência para um grande grupo de beneficiários concentrados geograficamente em um centro urbano que para uns poucos espalhados por largas distâncias.

Dessas conclusões surgiram algumas questões: onde se acomodaria profissionalmente essa nova massa urbana? Quem ficará na terra para produzir alimentos? E os subsídios agrícolas? Ficariam nas mãos de uns poucos remanescentes?

A última questão, na verdade, é a grande solução para todos os problemas. “A partir de uma determinada data, já fixada informalmente como sendo o ano de 2013, o Hemisfério Norte deixaria de subsidiar sua agricultura. Com isso restaria dinheiro para a manutenção dos atuais níveis das previdências sociais. A condição seria os países fornecedores de seus alimentos se comprometerem a importar deles tecnologia de ponta, para crescer a produção, gerar novos empregos urbanos necessários para a absorção da nova mão-de-obra que viria dos campos.

Os grandes exportadores de alimentos seriam os países do Hemisfério Sul, mais especificamente Brasil, Argentina, Chile, Austrália e Nova Zelândia. Estes dois últimos já absolutamente adaptados à futura e nova ordem mundial.

Pouco importa se tratamos de ALCA ou OMC. Os subsídios nortistas à agricultura haverão de ser minimizados, caso contrário o cobertor não será suficientemente grande para cobrir a previdência e a produção rural caríssimas.

Portanto, o que nos resta não é ter esperança. É suportar, com esforços até suplementares, a presente fase, para fazer valer aquilo pelo qual somos tremendamente respeitados mundialmente: importantes fornecedores de produtos agrícolas das mesas de negócios internacionais.

Paralelamente a tal esforço econômico a ser despendido nos próximos anos, devemos nos adequar internamente para enfrentar a nova ordem mundial na produção de alimentos. Essencialmente, devemos atuar no que diz respeito à nossa política agrícola, uma vez que não temos uma.

Alguns lembrarão da Lei Agrícola de nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. É uma legislação ultrapassada, que em nenhum momento se volta ao grande mercado mundial de *commodities* agrícolas. Ela não traduz a mínima parte de toda evolução tecnológica que conseguimos desenvolver nos últimos anos com a produção de escala e na agroindústria.

Assim, além de não ficarmos remoendo negociações frustradas em relação à ALCA ou à Rodada de Doha devemos, com tranquilidade, aguardar que os fatos econômicos se imponham nas mesas de negociação internacionais, e também nos prepararmos, internamente e com brevidade, para o desenvolvimento de uma política agrícola que realmente venha a facilitar e a demarcar nosso caminho como grande potência agrícola de um futuro próximo. ■

\* Professor de Direito Agrário da FGV.  
E-mail: germani@amcham.com.br